



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS LISTADOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**RODRIGO FERRAZ DE ALMEIDA**  
FUCAPE BUSINESS SCHOOL

# **O USO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS COMO GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS LISTADOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**

## **1 INTRODUÇÃO**

Para entender o conceito de Ativos Fiscais Diferidos [AFD], desde o seu tratamento contábil e fiscal, além de seu pronunciamento, é importante destacar que, ele representa o valor do tributo sobre o lucro a ser recuperado em determinado momento, mas relacionado às “diferenças temporárias dedutíveis; compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e compensação futura de créditos fiscais não utilizados” (FASB, 1996). Sendo que as diferenças temporárias dedutíveis poderão ocorrer na inclusão do lucro contábil de receitas ou despesas em um determinado período, e em um outro período, serem incluídas no lucro tributável (IASB, 1996).

Desde a sua regulamentação, os estoques de AFD crescem a cada ano, não existindo uma regra legal para sua diminuição, e esse fenômeno torna-se discutível a qualidade de lucros, do Patrimônio Líquido [PL] e dos ativos, além da elevação dos riscos aos quais os bancos estão expostos (Bruce, Behn & Jan, 1998). Sendo que os investidores reagirão negativamente à dimensão desses estoques na composição da estrutura patrimonial, evidenciando-se um efeito negativo no mercado de capitais, pois “não rentabilizam, além de não serem objeto de ajuste a valor presente, sugerindo risco relevante de superestimação patrimonial, o que reforçaria as expectativas de reação negativa dos investidores” (Skinner, 2008). E os investidores interpretam “esse fato como sendo um volume significativo de despesas pagas antecipadamente pelos bancos e que se tornam benefícios econômicos futuros, atribuindo valor positivo aos AFD” (Ayers, 1998).

Em momentos de resultados financeiros desfavoráveis aos bancos, os AFD se tornam gerenciadores de resultados, impactando o RLP, sendo que de um lado, o banco apresentará um resultado mais favorável, e pelo outro, esse resultado não é operacional de intermediação financeira, e sim resultante da aplicação legal, podendo ser considerado como um ponto negativo para o banco (Goncharov & Zimmermann, 2007). E em momentos de resultados financeiros favoráveis, uma medida discricionária de aplicação legal dos AFD poderá inflar o Resultado Líquido do Período [RLP] (Guia & Dantas, 2020), o que tornará o banco ainda mais lucrativo.

Diante desse cenário, esse presente estudo teve como objetivo avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados dos bancos listados no Banco Central do Brasil [BACEN] por Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa [PCLD]. Essa discussão vai ao encontro com a pesquisa realizada por Beatty e Liao (2013) que avaliaram o gerenciamento de resultados da indústria bancária por PCLD, e os resultados apontaram significância para o gerenciamento.

A preocupação em relação ao tema justifica-se também pelo fato da relevância dos AFD serem reconhecidos em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, de acordo com o International Accounting Standard 12 [IAS 12], Statement of Financial Accounting Standards 109 [SFAS 109] e o Comitê de Pronunciamento Contábil 32 [CPC 32]. E a questão não se concentra apenas no reconhecimento contábil desses ativos, que vem buscando junto com as demonstrações financeiras, uma melhor harmonização com as normas internacionais (Kotsupatriy, Ksonzhyk, Skrypnyk, Shepel & Koval, 2020), e sim nas consequências provocadas “na estrutura patrimonial e nos indicadores financeiros dos bancos, com efeitos na forma como os usuários avaliam as informações relativas aos AFD” (Guia & Dantas, 2019).

Para o alcance do objetivo dessa pesquisa, foram levantados os dados pela Contabilidade do Sistema Financeiro [COSIF] de 2016 a 2020, através de Relatórios Contábeis e Financeiros

de 122 bancos, classificados como múltiplos, investimentos e caixa, listados no BACEN e Bloomberg. Os dados foram rodados em painel pelo Stata 17, e um banco-ano deve ter dados não perdidos para as variáveis necessárias na análise e controlados pelas observações extremas. E os resultados com os testes empíricos, considerando o uso discricionário dos AFD como métrica de gerenciamento de resultados, exibiu significância por PLCD.

Fuji (2004) exibiu em seu estudo se havia gerenciamento de resultados no contexto das instituições financeiras no Brasil, com foco na PCLD, no período de 1999 a 2003, e os resultados do estudo mostraram que havia indícios de gerenciamento por PCLD, principalmente para minimizar a variação de resultados. Xavier (2007) publicou um estudo, verificando se os bancos comerciais no Brasil utilizavam a PCLD e outros elementos para gerenciar resultados no exercício de 2006, e os resultados revelaram que cerca de 30% dos bancos analisados utilizavam a PCLD para gerenciar resultados. Beatty e Liao (2013) exibiu significância no gerenciamento de resultados por PCLD para instituições financeiras.

Portanto, o que se pode observar, que esse presente estudo avançou na literatura, sendo diferenciado pelo uso discricionário dos AFD para o gerenciamento de resultados por PCLD em instituições financeiras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Marcos regulatórios dos AFD**

Desde a sua regulamentação até os dias atuais, os reconhecimentos e mensurações dos AFD partiram por diversas entidades, podendo citar o IAS 12, SFAS 109 e o CPC 32, que emitiram normas que regulam o tratamento contábil do imposto sobre lucros e os efeitos temporários na estrutura patrimonial e no resultado. Essas entidades “influenciam a qualidade da informação contábil, assim como os padrões de contabilidade de alta qualidade” (Christensen, Hail & Leuz, 2013), “a origem do sistema legal do país” (Bushman & Piotroski, 2006), e “influencia o sistema tributário no alinhamento entre o lucro contábil e o lucro tributável” (Houqe, van Zijl, Dunstan & Karim, 2012).

Para o IAS 12, os AFD são reconhecidos em diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, a menos que os AFD surjam do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que não seja uma combinação de negócios no momento da transação, e não afete o lucro contábil ou o tributável. O “reconhecimento das diferenças temporais auxilia os efeitos fiscais refletidos no balanço, caracterizando o método de reconhecimento integral entre o resultado contábil e a base tributável, apoiando o princípio da competência, e em relação às receitas e despesas, considerando que os efeitos fiscais relacionados a todos os fatos e transações que lhes originam, devem estar refletidos nas demonstrações financeiras” (Skinner, 2008).

O SFAS 109 reconhece os AFD em situações onde os benefícios das diferenças temporárias dedutíveis são esperados e as consequências fiscais futuras de eventos atualmente reconhecidos podem ser considerados. E os objetivos da contabilização dos tributos sobre o lucro são de reconhecer o valor dos impostos a pagar ou a reembolsar no exercício corrente, e os AFD para as consequências fiscais futuras de eventos que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras ou fiscais.

Miller e Skinner (1998) “investigaram os determinantes da provisão para AFD sob SFAS 109, e identificaram que o subsídio é maior para empresas com relativamente mais AFD, e menor para as empresas com níveis mais elevados de lucro tributável futuro esperado”. Uma vez que a realização futura de um AFD é uma incógnita que não pode ser prevista com precisão, o julgamento deve ser usado para determinar se uma provisão para avaliação é necessária, e a realização deste ativo, em última análise, depende da realização de renda tributável suficiente, do tipo certo no momento certo (Miller & Skinner, 1998).

O CPC 32 orienta que os AFD devem ser reconhecidos para o registro de prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que estejam disponíveis futuros lucros tributáveis, contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados. E quanto à mensuração, os AFD devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O que se pode observar é que pouca diferença técnica conceitual há entre o IAS 12, o SFAS 109 e o CPC 32 quando se trata dos AFD, porém, ao se tratar desses ativos das instituições financeiras, novas regulamentações são apresentadas com critérios e reconhecimentos diferenciados das empresas do setor não financeiro.

O “setor financeiro desenvolve regulamentações para garantir a segurança das transações e minimizar fraudes” (Braido, Klein & Papaleo, 2020), e nas instituições financeiras brasileiras, como destaque os bancos, os ativos são caracterizados de acordo com a sua atividade de intermediação financeira. E os AFD são ainda mais divergentes se comparados às outras atividades empresariais, exigindo um valor representativo de capital próprio e ao mesmo tempo, a exclusão dos créditos tributários para a apuração do capital regulatório, pela qualidade não satisfatória apresentada por esses ativos na resiliência obrigatória do sistema bancário mundial (Helpe, 2017).

Em uma linha do tempo, os bancos brasileiros foram impactados com os AFD decorrentes de diferenças temporárias a partir da Lei nº 9.249/1995 que, em um dos efeitos, “vedou a dedução de provisões (regra geral) na apuração do lucro para fins tributários”. E a Lei 9.430/1996 “determinou rígidos critérios para dedução de perdas de crédito da base de cálculo dos tributos sobre o lucro”.

E a Lei 12.838/2013 que “institui a redução do impacto dos AFD decorrentes de diferenças temporárias oriundas de PCLD sobre o capital das instituições”, permitindo que instituições financeiras (exceto cooperativas de crédito e administradoras de consórcio) possam solicitar o ressarcimento dos créditos tributários, incorporando o mesmo ao lucro líquido da instituição no período subsequente, garantindo que esses créditos sejam líquidos e certos, e serem incorporados ao capital das instituições, desde que tenham apresentado prejuízo fiscal ou em situação de liquidação judicial ou extrajudicial. Atualmente, o CMN publicou a Resolução 4.842/2020 “consolidando os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN”.

Citando Skinner e Milburn (2001) com adaptações, “os AFD são contraditórios no aspecto técnico-conceitual, entendendo que, o diferimento pode pressupor que haverá lucro tributável em algum momento no futuro, e as legislações tributárias serão as mesmas do presente; os lucros são tributados em um montante, não por receitas/despesas individualizadas”, e as diferenças temporárias por contas contábeis específicas”. “Os tributos sobre o lucro deveriam ser considerados como sendo uma taxa sobre operações lucrativas, devendo ser registrados como despesa quando uma operação lucrativa fosse realizada”; esses mesmos tributos surgem após o lucro ser produzido e não antes, assemelhando-se aos dividendos, e por fim, “inexiste a obrigação presente do agente arrecadador em pagar ou ressarcir a entidade que reconhece o ativo, caso contrário esse agente deveria reconhecer um passivo” (Skinner & Milburn, 2001).

Do ponto de vista de influência das deduções dos créditos tributários sobre as carteiras de crédito dos bancos, foi possível constatar que o impacto tende a ser pequeno, porém, apesar de parecer incoerente à primeira vista, justifica-se pela capacidade dos bancos em atrair mais capital, em função de suas rentabilidades acima do custo de capital próprio. E a “relevância dos créditos tributários das instituições financeiras sobre suas políticas de gestão de capital e as

deduções de créditos tributários, apesar de representar restrições importantes de capital, não impactam de forma relevante o crescimento das carteiras de crédito no sistema financeiro brasileiro” (Helpe, 2017).

Ao se pronunciar AFD nas instituições financeiras, vale documentar o objetivo desses ativos para esse setor. Deve ser considerado como sendo um benefício fiscal ou econômico? Os AFD são usados pelo governo e agentes de serviços financeiros, a título de exemplo Receita Federal do Brasil, como uma ferramenta de tolerância regulatória; isto é, dar aos principais bancos a aparência de saúde financeira quando na verdade, muitos estão insolventes?

Pode-se observar, que os AFD possuem um papel diferenciado nas “instituições financeiras com relação às outras instituições não financeiras, e é valiosa a exploração dos potenciais riscos de superestimação patrimonial desses ativos, em função da não aplicação do ajuste a valor presente, pois a materialidade dos impactos decorrentes dos ajustes ao longo do tempo e as suas diversas repercussões, podem revelar distorções na estrutura patrimonial das instituições financeiras” (Guia & Dantas, 2019). Esses ativos são questionados quanto à sua “capacidade de geração de benefícios econômicos e de controle da entidade, especialmente nas instituições financeiras, por não cumprirem a função de intermediação financeira, o que os tornaria desprovidos de substância econômica” (Skinner, 2008), e esses “benefícios criam uma persistência de lucro, e na presença do capital estrangeiro pode provocar a redução de sua ocorrência, pois o nível de lucro impacta na constituição da PCLD, sendo que bancos de capital nacional são mais propensos a gerenciar os resultados” (Goncharov & Zimmermann, 2007).

E outra investigação nas instituições financeiras a ser observada, é a da “relevância informacional do acentuado nível de AFD nessas instituições, localizadas no Brasil e no exterior, identificando se tais ativos influenciam o valor de mercado das instituições bancárias de capital aberto” (Guia & Dantas, 2020). A PCLD também representa uma relevância informacional, pois poderá estar presente no processo de gerenciamento de resultados das instituições financeiras, e o capital estrangeiro poderá exercer influência na decisão de gerenciamento de resultados.

## **2.2 Gerenciamento de resultados por PCLD**

O gerenciamento de resultados objetiva manter ou incrementar o valor da empresa, utilizar os critérios contábeis oportunistas, apresentar “uma situação equilibrada quanto à solvência, associando os aspectos a mecanismos que possam minimizar impactos negativos” (Fields, Lys & Vicent, 2001). “Consiste em um processo de modificação das demonstrações contábeis, buscando maximizar os resultados dos bancos, mas utilizando-se de critérios contábeis, buscando demonstrar um bom desempenho econômico e por razões oportunistas” (Watts & Zimmermann, 1990).

“As modificações nos resultados podem retratar uma imagem distorcida da real situação da empresa e assim podendo alterar a análise realizada por usuários da informação” (Schipper, 1989). Para Cornett, McNutt e Theranian (2009), “o gerenciamento de resultados no sistema financeiros é especialmente delicado, considerando os impactos que os mais variados tipos de problemas em bancos podem acarretar no comportamento da economia”, e “os efeitos de crise aumentam a relevância de se investigar a prática do gerenciamento de resultados no segmento bancário” (Cheng, Warfield & Ye, 2009).

A aplicabilidade de “gerenciamento de resultado seria até mesmo benéfica para os usuários externos ao servirem de complemento a uma informação pouco relevante”, e levando em consideração a “subjetividade em certos casos, permitem aos gestores escolherem uma determinada opção em detrimento de outra, resultando em uma melhora ou piora na qualidade da informação divulgada” (Goncharov & Zimmermann, 2007).

“As instituições financeiras reconhecem as PCLD como principal estimativa para os gestores exercerem a discricionariedade de um gerenciamento de resultados, considerada com

um componente específico para os bancos”, e a discricionariedade está diretamente relacionada ao “processo de reconhecimento de suas provisões e pode ocasionar subjetividade na sua classificação, o que pode levar às possíveis manipulações nos resultados” (Kanagaretnam, Lobo & Mathieu, 2003). Beaver e Engel (1996) listam “quatro motivações para a utilização discricionária da PCLD: regulamentação, relatórios financeiros, fatores fiscais e sinalização ao mercado”. Além dos “benefícios com gerenciamento de resultados, incentivando a manipulação das perdas estimadas” (Cheng, Warfield & Ye, 2009).

Cohen, Hoitash, Krishnamoorthy e Wright (2014) afirmam que “os bancos utilizam as PCLD para gerir resultados e os níveis de capital, e os componentes discricionários são negativamente relacionados ao capital e que os gestores aumentam estimativas discricionárias para PCLD quando esperam fluxos de caixa futuros”. Macedo e Kelly (2016) apresentaram em seu estudo, indícios de “gerenciamento de resultados pelas instituições financeiras brasileiras, por meio do uso das PCLD como componentes específicos, e os resultados evidenciaram que existem práticas de gerenciamento de resultados com o uso das PCLD nos bancos brasileiros, buscando minimizar as oscilações dos resultados”.

Jin, Kanagaretnam e Lobo (2018) exibiram que as “instituições financeiras tendem a utilizar a PCLD como forma de gerenciamento de resultados, sendo que, nos períodos em que apresentam altos resultados, registram valores de perdas muito acima do mínimo estabelecido”, visando construir uma “reserva para momentos em que os lucros forem menores”. Porém, quando apresenta um “lucro maior (antes das provisões e do Imposto de Renda), há possibilidade de ocorrência de um aumento na PCLD, e no momento em que o resultado apresentado for menor, há tendência de que haja uma provisão menor” (Jin, Kanagaretnam e Lobo, 2018). Diante disso, foi testada a seguinte hipótese:

**H1:** Quanto maiores os AFD, maior o nível de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foram levantados os dados de 2016 a 2020 dos Relatórios Financeiros pela COSIF dos bancos múltiplos, de investimentos e caixa listados no BACEN e Bloomberg. A quantidade de bancos da amostra é listada no Quadro (1), e os dados foram rodados no Stata17. Uma empresa-ano deve ter dados não perdidos para as variáveis necessárias na análise e controlados pelas observações extremas.

**QUADRO 1: QUANTIDADE DE BANCOS MÚLTIPLOS E DE INVESTIMENTOS DA AMOSTRA**

Ano	Bancos Múltiplos	Bancos de Investimentos	Caixa	Total
2016	112	09	01	122
2017	112	09	01	122
2018	112	09	01	122
2019	112	09	01	122
2020	112	09	01	122

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022)

O design empírico avalia a capacidade incremental dos AFD na situação de presença de gerenciamento de resultados por PCLD. E os três modelos de regressões seguintes, tornam-se possíveis verificar se o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos, conforme H1. O primeiro modelo foi adaptado de Kinney e Libby (2002), Schrand e Wong (2003) e Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), que buscaram o vínculo econômico dos AFD e o gerenciamento de resultados através de dois construtos teóricos, sendo o componente anormal da variável  $PCLD_{it}$  de um banco como

a medida de gerenciamento de resultados (Schrand & Wong, 2003), podendo separar a PCLD em um componente normal e um componente discricionário (Kinney & Libby, 2002).

Controlou-se as características do banco que podem afetar a  $PCLD_{it}$  e a relação entre as medidas de taxa e  $PCLD_{it}$  anormal, sendo conduzido em dois estágios, primeiro, estimando o normal (não discricionário) por meio da Equação (1):

$$PCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 BEGLLA_{it} + \beta_2 BEGNPL_{it} + \beta_3 \Delta NPA_{t-1} + \beta_4 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_5 EMPRÉSTIMOS_{it} + \beta_6 \Delta PIB_t + \beta_7 Size_{it} + \beta_8 COMM_{it} + \beta_9 CON_{it} + \beta_{10} RESTATE_{it} + \beta_{11} AGRI_{it} + \beta_{12} FBG_{it} + \beta_{13} DEPINS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Espera-se um coeficiente negativo em  $BEGLLA_{it}$ , ou seja, a PCLD acumulada menos as baixas no início do ano), pois uma maior PCLD inicial exigirá uma PCLD mais baixa no período atual (Beatty & Liao, 2013).

Consistente com Kinney e Libby (2002) a variável de controle  $BEGNPL_{it}$  deverá apresentar coeficiente positivo. Níveis mais elevados de empréstimos inadimplentes indicam problemas com a carteira de empréstimos, e exigirá maiores PCLD. Portanto, o equilíbrio inicial de empréstimos inadimplentes ( $BEGNPL_{it}$ ) será positivamente relacionado à PCLD.

Mudança em empréstimos inadimplentes ( $\Delta NPA_{t-1}$ ) no período atual também terão um efeito positivo sobre PCLD, porque um aumento nos empréstimos inadimplentes exigirá uma maior PCLD atual (Kanagaretnam, Krishnan & Lobo, 2010), e conforme observado em Beaver e Engel (1996), as baixas de empréstimos atuais podem fornecer informações sobre o histórico de baixas de PCLD ( $\Delta PCLD_{t-1}$ ) que, por sua vez, podem influenciar as expectativas de cobranças dos empréstimos atuais e a PCLD atual, sendo o coeficiente esperado o positivo.

Um nível mais alto de empréstimos ( $EMPRÉSTIMOS_{it}$ ) também exigirá disposições mais elevadas, e o efeito de mudança na carteira de crédito total sobre PCLD é imprevisível devido à incerteza da qualidade dos empréstimos incrementais (Schrand & Wong, 2003), portanto, espera-se um coeficiente negativo.

Foi incluída uma variável de controle macroeconômica ( $\Delta PIB_t$ ), sendo esperado o coeficiente negativo, sendo que a relação quanto maior for o crescimento da indústria bancária (um dos fatores de medição do PIB), maior será a disponibilidade de recursos para empréstimos e financiamentos no mercado local (Schrand & Wong, 2003). O tamanho do banco ( $Size_{it}$ ) foi incluída pelo fato dos bancos de diferentes tamanhos estarem sujeitos a níveis diferentes de escrutínio regulatório ou de monitoramento, e o sinal do coeficiente aguardado é o positivo (Bushman & Williams, 2012).

Embora empréstimos inadimplentes e baixas de empréstimos sirvam como medidas de riscos, foram incluídas seis variáveis adicionais para controlar as diferenças nas composições dos empréstimos, que provavelmente contribuem para diferenças de riscos (Kanagaretnam, Lobo & Yang, 2004). A variável  $COMM_{it}$  representa a quantidade de empréstimos comerciais e industriais,  $CON_{it}$  a quantidade de empréstimos para pessoas físicas,  $RESTATE_{it}$  o valor total de empréstimos imobiliários,  $AGRI_{it}$ , a quantidade de empréstimos agrícolas,  $FBG_{it}$  o valor emprestado para bancos e governos estrangeiros, e  $DEPINS_{it}$  o valor total de empréstimos a outras instituições depositárias.

E a relação das variáveis de composições dos empréstimos com a variável dependente  $PCLD_{it}$  está na proporção de cada empréstimo que representa para cada banco, ou seja, bancos com maiores proporções de empréstimos comerciais e imobiliários provavelmente terão PCLD maiores do que os bancos com maiores proporções de empréstimos ao consumidor, portanto, espera-se o sinal positivo para cada variável das composições de empréstimos (Kanagaretnam, Krishnan & Lobo, 2010).

Em seguida, é testada o segundo modelo e estágio pelos resíduos da Equação (1), que representa o componente anormal de  $PCLD_{it}$ , referida como  $APCLD_{it}$  (Kanagaretnam, Krishnan

& Lobo, 2010) sendo testada e associada com os valores de AFD, como métrica de gerenciamento de resultados para os resíduos de provisões, sendo controlados os fatores associados aos componentes discricionários (Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr & LaFond, 2008), representada pela Equação (2):

$$APCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 CSRET_t + \beta_3 Size_{it} + \beta_4 LL_{it} + \beta_5 BEGLLA_{it} + \beta_6 EBP_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Após a regressão da Equação (1), os resíduos serão regredidos pela variável dependente da PCLD anormal  $APCLD_{it}$ , sendo esperado um sinal negativo no coeficiente, sendo de particular interesse por causa de seu positivo impacto nos ganhos relatados. E a variável de interesse para responder a H1 é  $AFD_{it}$ , sendo esperado o coeficiente positivo (Schrand & Wong, 2003), indicando que o aumento de AFD está associado ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos, e a relação que se espera, é quanto maior for o saldo de  $APCLD_{it}$ , maior será o valor utilizado de AFD.

A variável macroeconômica  $CSRET_t$  representa a taxa SELIC para cada período, que pode impactar no custo de empréstimo a ser oferecido pelos bancos, portanto espera-se um coeficiente negativo, pois tendo aumentada a taxa, possivelmente o nível de empréstimo concedido será reduzido (Laeven & Majnoni, 2003).

A utilização do logaritmo natural do ativo total ( $Size_{it}$ ) como *proxy* para o tamanho do banco é consistente com Ozili (2015). Considera-se que os grandes bancos têm níveis mais elevados de atividade empresarial e podem constituir provisões mais elevadas para corresponder aos seus elevados níveis de atividades em relação aos bancos menores, pelo que se espera um sinal positivo no coeficiente (Anandarajan, Hasan & McCarthy, 2007).

$LL_{it}$  é a variável do indicador definida igual a 1 se o lucro líquido  $>0$  e 0 o contrário, sendo que para PCLD anormal, essa variável indicará que dos resíduos de PCLD quais foram os bancos que mesmo gerenciando os seus resultados por AFD não conseguiram resultados positivos no período (Bikker & Metzmakers, 2005).

$BEGLLA_{it}$  é a  $PCLD_{it}$  do ano anterior dividido pelo total de ativos do início do ano, sendo a variável de controle que representa a evolução ou regressão das provisões de um ano para o outro, sendo esperado um coeficiente negativo, pois impactará diretamente nos resíduos da PCLD (Kanagaretnam, Krishnan & Lobo, 2010).

Foram controlados o uso da  $APCLD_{it}$  pelo valor do LAIR ( $EBP_{it}$ ), pois na medida em que os bancos usam a  $PCLD_{it}$  para sinalizar a lucratividade, espera-se que  $APCLD_{it}$  seja positivamente relacionada à variável  $EBP_{it}$  (Healy & Wahlen, 1999).

No terceiro modelo de regressão, adaptado dos autores Liu e Ryan (2006), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013), a variável  $AFD_{it}$  é o componente discricionário, para mensurar a *proxy* de gerenciamento de resultados para  $PCLD_{it}$  normal, esperando um coeficiente positivo, pois quanto maiores forem os valores utilizados de AFD na DRE menor será o valor de recolhimento de IRPJ e CSLL e em consequência, maior será o índice de lucratividade, conforme a Equação (3):

$$PCLD_{it} = \beta_0 + \beta_1 AFD_{it} + \beta_2 \Delta NPA_{t-1} + \beta_3 \Delta NPA_{t-2} + \beta_4 Size_{it} + \beta_5 \Delta PCLD_{t-1} + \beta_6 \Delta PIB_t + \beta_7 CSRET_t + \beta_8 \Delta UNEMP_t + \beta_9 BEGLLA_{it} + \beta_{10} BEGNPL_{it} + \beta_{11} EMPRÉSTIMOS_{it} + \beta_{12} COMM_{it} + \beta_{13} CON_{it} + \beta_{14} RESTATE_{it} + \beta_{15} AGRI_{it} + \beta_{16} FBG_{it} + \beta_{17} DEPINS_{it} + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

As variáveis de controle  $\Delta NPA_{t-1}$  e  $\Delta NPA_{t-2}$  foram incluídas no modelo para identificar a possibilidade de alguns bancos usarem informações passadas sobre empréstimos inadimplentes (que são menos discricionários e mais oportunos) na estimativa da PCLD, sendo

o sinal positivo esperado nos coeficientes dessas variáveis (Bushman & Williams, 2012).

O tamanho do banco ( $Size_{it}$ ) foi incluída pelo fato dos bancos de diferentes tamanhos podem estar sujeitos a níveis diferentes de escrutínio regulatório ou monitoramento, e o sinal do coeficiente aguardado é o positivo (Bushman & Williams, 2012). Também foi controlado o crescimento da PCLD ( $\Delta PCLD_{t-1}$ ), esperando um coeficiente positivo, devido as PCLD poderem ser maiores quando o banco concede crédito a mais para clientes com baixo crédito (Kanagaretnam, Krishnan & Lobo, 2010).

As variáveis de controle macroeconômicas ( $CSRET_t$ ,  $\Delta UNEMP_t$  e  $\Delta PIB_t$ ) foram incluídas, sendo esperado o sinal negativo para  $\Delta PIB_t$ , pois a relação é, quanto maior for o crescimento da indústria bancária, maior será a disponibilidade de recursos para empréstimos e financiamentos no mercado local, aumentando assim a possibilidade de aumento do uso dos AFD e de gerenciamento de resultados por PCLD, o mesmo ocorrendo para  $CSRET_t$  (Schrand & Wong, 2003). Porém para a  $\Delta UNEMP_t$ , o que se espera é o coeficiente positivo, pois a variação da taxa de desemprego sendo reduzida, significa maior capacidade de aumento de geração de novos empréstimos, devido às possibilidades de comprovações de pagamentos (Schrand & Wong, 2003).

Espera-se um coeficiente negativo em  $BEGLLA_{it}$ , ou seja, a PCLD acumulada menos as baixas no início do ano), pois uma maior PCLD inicial exigirá uma PCLD mais baixa no período atual (Beatty & Liao, 2013). Consistente com Kinney e Libby (2002) a variável de controle  $BEGNPL_{it}$  deverá apresentar coeficiente positivo, e níveis mais elevados de empréstimos inadimplentes indicam problemas com a carteira de empréstimos, e exigirá maiores PCLD. Portanto, o equilíbrio inicial de empréstimos inadimplentes ( $BEGNPL_{it}$ ) será positivamente relacionado à PCLD.

Um nível mais alto de empréstimos ( $EMPRÉSTIMOS_{it}$ ) também exigirá disposições mais elevadas, e o efeito de mudança na carteira de crédito total sobre PCLD é imprevisível devido à incerteza da qualidade dos empréstimos incrementais (Schrand & Wong, 2003), portanto, espera-se um coeficiente negativo. Foram incluídas no modelo as variáveis de composições dos empréstimos, que provavelmente contribuem para diferenças de riscos (Kanagaretnam, Lobo & Yang, 2004), sendo a variável  $COMM_{it}$  representada pela quantidade de empréstimos comerciais e industriais,  $CON_{it}$  a quantidade de empréstimos para pessoas físicas,  $RESTATE_{it}$  o valor total de empréstimos imobiliários,  $AGRI_{it}$ , a quantidade de empréstimos agrícolas,  $FBG_{it}$  o valor emprestado para bancos e governos estrangeiros, e  $DEPINS_{it}$  o valor total de empréstimos a outras instituições depositárias.

**QUADRO 2: RESUMO DAS VARIÁVEIS**

Variável	Descrição	Sinal esperado	Fonte
$PCLD_{it}$	Representa o valor da PCLD, escalonadas pelos ativos totais do início do período.	(-)	Kinney e Libby (2002) e Schrand e Wong (2003)
$BEGLLA_{it}$	PCLD inicial escalonada pelos ativos totais do início do período.	(-)	Beatty e Liao (2013)
$BEGNPL_{it}$	Empréstimos iniciais escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kinney e Libby (2002)
$\Delta NPA_{t-1}$	Mudança em empréstimos escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kinney e Libby (2002)
$\Delta PCLD_{t-1}$	Mudança na PCLD escalonada pelos ativos totais do início do período.	(+)	Beaver e Engel (1996)
$EMPRÉSTIMOS_{it}$	Total de empréstimos escalonado pelos ativos totais do início do período.	(-)	Schrand e Wong (2003)
$\Delta PIB_t$	Variável de controle macroeconômica de desenvolvimento industrial do país.	(-)	Schrand e Wong (2003)
$Size_{it}$	Logaritmo natural dos ativos totais ajustados.	(+)	Bushman e Williams

			(2012)
$COMM_{it}$	Empréstimos gerais escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$CON_{it}$	Empréstimos de infraestrutura e desenvolvimento escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kronbauer, Souza, Webber e Ott (2012)
$RESTATE_{it}$	Empréstimos imobiliários escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$AGRI_{it}$	Empréstimos agrícolas escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$FBG_{it}$	Empréstimos de títulos e valores mobiliários e operações de crédito vinculadas a cessão escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$DEPINS_{it}$	Empréstimos e direitos creditórios descontados escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004)
$APCLD_{it}$	Representa a variável da PCLD anormal escalonada pelos ativos totais do início do período.	(-)	Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr e LaFond (2008)
$AFD_{it}$	Representa o valor absoluto dos AFD escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Schrand, (2003)
$CSRET_t$	Variável macroeconômica que representa a taxa SELIC para cada período.	(-)	Laeven e Majnoni (2003)
$LL_{it}$	Variável do indicador definida igual a 1 se o lucro líquido >0 e 0 o contrário.	(+/-)	Bikker e Metzmakers (2005)
$EBP_{it}$	Representa o LAIR escalonado pelos ativos totais do início do período.	(+)	Healy e Wahlen (1999)
$\Delta NPA_{t-2}$	Representa a mudança em empréstimos de períodos anteriores para o período atual, escalonados pelos ativos totais do início do período.	(+)	Liu e Ryan (2006)
$\Delta UNEMP$	Varição das taxa de desemprego ao longo do ano.	(+)	Schrand e Wong (2003)
$\varepsilon_{it}$	Representa o termo do erro.	(+/-)	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

#### 4 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE UNIVARIADA

A Tabela (1) apresenta os resultados da estatística descritiva das principais variáveis que compõem os modelos que fornecem evidências de gerenciamento de resultados, dos bancos listados no BACEN, por PCLD (H1).

**TABELA 1: ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS SMALL E BIG BANKS E AS VARIÁVEIS DE CONTROLE DO PERÍODO DE 2016 A 2020, SENDO COLETADOS DOS RELATÓRIOS FINANCEIRO DOS BANCOS LISTADOS NO BACEN**

Variable	Obs	Mean	Std. dev.	Min	Max
$BEGLLA_{it}$	610	-0.0102	0.0392	-0.5343	-1.8934
$BEGNPL_{it}$	610	0.0987	0.1209	0.0001	1.4956
$\Delta PCLD_{t-1}$	610	0.0007	0.0277	-0.4014	0.4935
$EMPRÉSTIMOS_{it}$	610	0.1031	0.1331	0.0001	1.4922
$Size_{it}$	610	23.7985	2.4813	17.1410	30.3391
$COMM_{it}$	610	0.0379	0.0727	0	0.4684
$CON_{it}$	610	0.0009	0.0082	0	0.1675
$RESTATE_{it}$	610	0.0024	0.0092	0	0.0778
$AGRI_{it}$	610	0.0077	0.0372	0	0.5092
$FBG_{it}$	610	0.0001	0.0001	0	0.0002
$DEPINS_{it}$	610	0.0625	0.1616	0	2.0636

$APCLD_{it}$	610	-0.0009	0.0036	-0.0502	-1.7608
$AFD_{it}$	610	0.0005	0.0023	-0.0212	0.0155
$EBP_{it}$	610	0.0035	0.0179	-0.1199	0.2121
$PCLD_{it}$	610	-0.0098	0.0389	-0.5386	-1.8907
$\Delta NPA_{t-1}$	610	-0.0092	0.1068	-1.9348	0.2374
$\Delta NPA_{t-2}$	610	-0.0125	0.1156	-1.8470	0.2748

Os valores apresentados pelas variáveis foram escalonados pelos ativos totais do início do período.

**Fonte:** Elaborada pelo autor (2022)

Com relação à variável  $BEGLLA_i$ , que representa a PCLD inicial, essa foi maior na média (-0.0102) e no desvio-padrão (0.0392) do que a variável  $PCLD_{it}$  atual (-0.0098 e 0.0389), sugerindo que há uma redução de um período para outro de provisão, e o nível de gerenciamento de resultados pela PCLD pode ser reduzido também nessa frequência, sendo esse resultado apresentado consistente com Beatty e Liao (2013). Podendo também ser observada pela variável  $\Delta PCLD_{t-1}$ , que aponta uma redução na média (0.0007) do valor de PCLD período após período, mas não significando que os bancos não gerenciam os seus resultados pela provisão. Podendo ser observado também, pela variável  $APCLD_{it}$ , que representa a PCLD anormal com componentes discricionários, que foi menor na média (-0.0009) do que a própria PCLD normal. Os resultados apresentados foram consistentes com Beatty e Liao (2013), Kinney e Libby (2002), Schrand e Wong (2003), Beaver e Engel (1996) e Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr e LaFond (2008).

As variáveis que compõem as operações de crédito, inicialmente  $EMPRÉSTIMOS_{it}$  tendenciou para o aumento de um período para o outro em suas concessões, sendo no período anterior, representada pela variável  $BEGNPL_{it}$  exibiu 0.0987 de média e 0.1209 de desvio-padrão, enquanto  $EMPRÉSTIMOS_{it}$ , 0.1031 e 0.1331. As variáveis de mudanças em empréstimos  $\Delta NPA_{t-1}$  e  $\Delta NPA_{t-2}$  reafirmam que os empréstimos durante o período da amostra tendenciaram a um aumento dos empréstimos ano após ano, sendo representadas pelas médias (-0.0092 e -0.0125), consistentes com os resultados apresentados por Schrand e Wong (2003), Kinney e Libby (2002) e Liu e Ryan (2006).

As variáveis que compõem o conjunto de empréstimos podem ser destacadas pelas médias, sendo a mais representativa  $DEPINS_{it}$  (0.0625), em sequência  $COMM_{it}$  (0.0379),  $AGRI_{it}$  (0.0077),  $RESTATE_{it}$  (0.0024),  $CON_{it}$  (0.0009) e  $FBG_{it}$  (0.0001), sendo que esses resultados apontam que os bancos investem mais nas concessões de créditos diretos aos correntistas físicos ou jurídicos de forma simplificada, ou seja, através de empréstimos sem garantias reais, tornando sensíveis os seus recebimentos, podendo gerar um aumento de PCLD previsível, ou seja, gerenciado. Os resultados apresentados foram consistentes com Kanagaretnam, Lobo e Yang (2004).

E aumentando a PCLD, em consequência aumentará os AFD, que apresentou o resultado de 0.0005 de média, e um alto desvio-padrão (0.0023), significando que a dispersão entre o uso dos AFD pelos bancos pode ser relacionado para o gerenciamento de resultados em evitar um declínio nos lucros e perdas, pois com o aumento dos empréstimos, os bancos geram mais receita de juros, sendo uma das principais receitas operacionais bancárias, e como observado, os bancos tendenciando a realizar mais operações de créditos sensíveis aos seus recebimentos, maior será o estoque de AFD a ser utilizado como fonte de gerenciamento de resultados, sendo consistente com os resultados apresentados por Phillips, Pincus e Rego (2003).

Os bancos apresentaram uma média positiva de LAIR ( $EBP_{it}$ ) de 0.0035, e um desvio-padrão de 0.0179, porém a mudança de lucro de um ano para o outro apontou uma redução significativa na média (0.1752) e uma baixa dispersão no desvio-padrão (0.0231), significando que há uma tendência de redução de lucratividade no setor bancário, necessitando ainda mais do gerenciamento de resultados para evitar essa tendência. E o tamanho dos bancos ( $Size_{it}$ )

calculado pelo log natural dos ativos totais apresentou uma média de 23.7985 com uma baixa dispersão de 2.4813 de desvio-padrão, representando a alta concentração de ativos totais, independentemente de sua classificação de grande, médio e pequeno porte. Os resultados apresentados foram consistentes com Healy e Wahlen (1999) e Bushman e Williams (2012).

## 5 RESULTADOS EMPÍRICOS

Os resultados apresentados na Tabela (2) fornecem evidências sobre a utilidade incremental dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados por PCLD (H1). O conjunto de resultados é mostrado na coluna à esquerda com a variável dependente  $APCLD_{it}$ , que representa o componente anormal da PCLD (Kanagaretnam, Krishnan & Lobo, 2010). O segundo modelo, a variável dependente  $PCLD_{it}$ , representando o componente normal (Liu & Ryan, 2006, Bushman & Williams, 2012, Beatty & Liao, 2013). Com os dois modelos, tornam-se possíveis verificar se o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos (H1).

**TABELA 2: AFD COMO MÉTRICA DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS DOS BANCOS, REFERENTE AO PERÍODO DE 2016 A 2020, SENDO COLETADOS DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS DOS BANCOS LISTADOS NO BACEN**

	$APCLD_{it}$		$PCLD_{it}$	
	F(6, 603) = 146.08 R-squared = 0.5924		F(19, 590) = 282.28 R-squared = 0.9009	
	Prob>F = 0.0000 n = 610		Prob>F = 0.0000 n = 610	
	Coefficient	P> t	Coefficient	P> t
$AFD_{it}$	0.0870	** (0.037)	0.8301	* (0.000)
$CSRET_t$	-0.0023	(0.392)	0.0033	(0.826)
$Size_{it}$	0.00004	(0.318)	0.0004	** (0.050)
$LL_{it}$	-0.0005	** (0.023)	-	-
$BEGLLA_{it}$	0.0746	* (0.000)	0.9109	* (0.000)
$EBP_{it}$	0.0381	* (0.000)	-	-
$\Delta NPA_{t-1}$	-	-	-0.0186	** (0.028)
$\Delta NPA_{t-2}$	-	-	0.0129	* (0.010)
$\Delta PCLD_{t-1}$	-	-	-0.6214	* (0.000)
$\Delta PIB_t$	-	-	0.0001	(0.850)
$\Delta UNEMP_t$	-	-	-0.0418	(0.354)
$BEGNPL_{it}$	-	-	0.2477	* (0.000)
$EMPRÉSTIMOS_{it}$	-	-	-0.2786	* (0.000)
$COMM_{it}$	-	-	0.0406	* (0.000)
$CON_{it}$	-	-	0.0066	(0.915)
$RESTATE_{it}$	-	-	-0.0022	(0.968)
$AGRI_{it}$	-	-	0.0305	** (0.029)
$FBG_{it}$	-	-	0.2978	(0.994)
$DEPINS_{it}$	-	-	0.0595	* (0.000)

Os dados dos modelos foram rodados em painel com significância a 5%.

Níveis de significância: \*(1%), \*\*(5%) e \*\*\*(10%).

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Com relação ao primeiro conjunto de resultados ( $APCLD_{it}$ ), o ajuste geral do modelo foi significativo pelo R-squared = 0.5924, ou seja, 59,24% da variação dos PCLD anormal pode ser explicada pelas variáveis independentes. E pelo Prob>F = 0.0000, pode-se rejeitar a 1% de significância que todos os coeficientes são estatisticamente iguais a 0.

O coeficiente no  $AFD_{it}$  foi positivo (0.0870), e significativo a 5% ( $p > 0.037$ ), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD, haverá um aumento de R\$ 0,09 de PCLD anormal para o gerenciamento de resultados, assim como, as variáveis  $BEGLLA_{it}$  e  $EBP_{it}$  que

apresentaram coeficientes positivos (0.0746 e 0.0381) e significativos a 5% ( $p > 0.000$  e  $p > 0.000$ ).

A variável  $LL_{it}$  apresentou coeficiente negativo (-0.0005) e significativo a 5% ( $p > 0.023$ ), sugerindo que quanto maior for o lucro líquido dos bancos, menor será a discricionariedade dos bancos para o uso de PCLD anormal como gerenciador de resultados.  $CSRET_t$  e  $Size_{it}$  apresentaram resultados não significativos a 5% no modelo.

Os resultados apresentados são consistentes com Healy e Wahlen (1999), Laeven e Majnoni (2003), Phillips, Pincus e Rego (2003), Schrand e Wong (2003), Bikker e Metzmakers (2005), Anandarajan, Hasan e McCarthy (2007), Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr e LaFond (2008), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010) e Ozili (2015).

O segundo conjunto de resultados ( $PCLD_{it}$ ), o ajuste geral do modelo foi significativo pelo  $R\text{-squared} = 0.9009$ , ou seja, 90,09% da variação dos PCLD normais pode ser explicada pelas variáveis independentes. E pelo  $\text{Prob} > F = 0.0000$ , pode-se rejeitar a 1% de significância que todos os coeficientes são estatisticamente iguais a 0.

O coeficiente no  $AFD_{it}$  foi positivo (0.8301), e significativo a 5% ( $p > 0.000$ ), sugerindo que a cada R\$ 1,00 de aumento nos AFD haverá um aumento de R\$ 0,83 de PCLD normal para o gerenciamento de resultados, assim como, as variáveis  $Size_{it}$ ,  $BEGLLA_{it}$ ,  $\Delta NPAt-2$ ,  $BEGNPL_{it}$ ,  $COMM_{it}$ ,  $AGRI_{it}$  e  $DEPINS_{it}$  que apresentaram coeficientes positivos (0.0004, 0.9109, 0.0129, 0.2477, 0.0406, 0.0305 e 0.0595) e significativos a 5% ( $p > 0.050$ ,  $p > 0.000$ ,  $p > 0.010$ ,  $p > 0.000$ ,  $p > 0.000$ ,  $p > 0.029$  e  $p > 0.000$ ), representando o mesmo nível de ajuste dos AFD no modelo para aumentar o gerenciamento de resultados por PCLD normal.

As variáveis  $\Delta NPAt-1$ ,  $\Delta PCLDt-1$  e  $EMPRÉSTIMOS_{it}$  apresentaram coeficientes negativos (-0.0186, -0.6214 e -0.2786) e significativo a 5% ( $p > 0.023$ ,  $p > 0.028$ ,  $p > 0.000$  e  $p > 0.000$ ), sugerindo que quanto maiores forem os valores dessas variáveis, menores serão os valores das PCLD normais para gerenciarem os resultados.  $CSRET_t$ ,  $\Delta PIB_t$ ,  $\Delta UNEMP_t$ ,  $CON_{it}$ ,  $RESTATE_{it}$  e  $FBG_{it}$  exibiram resultados não significados no modelo.

Os resultados apresentados são consistentes com Schrand e Wong (2003), Liu e Ryan (2006), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013).

## 6 CONCLUSÕES

O gerenciamento de resultados é realizado com critérios, e os gerentes geralmente têm mais liberdade de ação sob as normas internacionais de contabilidade, como IAS 12, SFAS 109 e CPC 32, que reconhecem e mensura os AFD, do que sob as regras fiscais. Espera-se que os gerentes tenham ganhos como resultados, sem provocar aumentos de recolhimentos de tributos sobre o lucro, e como consequência, o estoque de AFD será aumentado, pela diferença temporária entre o ganho discricionário e o valor tributário a ser recolhido.

Construindo com base em evidências de gerenciamento de resultados em Healy e Wahlen (1999), Laeven e Majnoni (2003), Phillips, Pincus e Rego (2003), Schrand e Wong (2003), Bikker e Metzmakers (2005), Liu e Ryan (2006), Anandarajan, Hasan e McCarthy (2007), Ashbaugh-Skaife, Collins, Kinney Jr e LaFond (2008), Kanagaretnam, Krishnan e Lobo (2010), Bushman e Williams (2012) e Beatty e Liao (2013), investigou-se avaliar o uso dos AFD como uma métrica para identificação de gerenciamento de resultados dos bancos listados no BACEN por PCLD.

Esse estudo vem ao encontro com a pesquisa realizada por Beatty e Liao (2013) que avaliaram o gerenciamento de resultados da indústria bancária por PCLD, tendo os resultados apontados significativos para o gerenciamento. E os resultados apresentados nesse estudo, exibiram que o aumento de AFD estão associados ao aumento dos níveis de gerenciamento de resultados por PCLD dos bancos (H1), tanto pelo seu componente anormal quanto o componente normal.

Uma limitação desse estudo se restringe ao período em que os bancos digitais iniciaram suas atividades após 2016, portanto, não podendo participar dessa amostragem. E outra limitação, é que não foram incorporadas orientações gerenciais nas investigações para detectar gerenciamento de resultados para as métricas de AFD.

Pesquisas futuras também poderão considerar (1) modelagem no uso dos AFD como uma métrica para identificação de qualidade de lucros nos bancos listados no BACEN, sendo usadas três *proxies*: persistência de lucros, alisamento de lucros e o coeficiente ERC, (2) a identificação do gerenciamento de resultados em AFD para empresas optantes pelo Lucro Real trimestral em comparação ao Lucro Real anual, e (3) modelagem dos AFD para considera-los como suavizador de resultados e evitar o fracasso em atender as previsões de lucros dos analistas.

## REFERÊNCIAS

- Anandarajan, A., Hasan, I., & McCarthy, C. (2007). Use of loan loss provisions for capital, earnings management and signalling by Australian banks. *Accounting & Finance*, 47(3), 357-379. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-629X.2007.00220.x>.
- Ashbaugh-Skaife, H., Collins, D. W., Kinney Jr, W. R., & LaFond, R. (2008). The effect of SOX internal control deficiencies and their remediation on accrual quality. *The accounting review*, 83(1), 217-250. DOI:10.2139/ssrn.906474.
- Ayers, B. C. (1998). Deferred tax accounting under SFAS No. 109: An empirical investigation of its incremental value-relevance relative to APB No. 11. *Accounting Review*, 195-212. Recuperado em outubro, 20, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/248465>.
- Beatty, A., & Liao, S. (2013). Financial accounting in the banking industry: A review of the empirical literature. *Journal of accounting and Economics*, 58(2-3), 339-383. DOI: 10.1016/j.jacceco.2014.08.009.
- Beaver, W. H., & Engel, E. E. (1996). Discretionary behavior with respect to allowances for loan losses and the behavior of security prices. *Journal of accounting and economics*, 22(1-3), 177-206. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165-4101\(96\)00428-4](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165-4101(96)00428-4).
- Bikker, J. A., & Metzmakers, P. A. (2005). Bank provisioning behaviour and procyclicality. *Journal of international financial markets, institutions and money*, 15(2), 141-157. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-4431\(04\)00067-8](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-4431(04)00067-8).
- Braido, G. M., Klein, A. Z., & Papaléo, G. (2020). Elementos que afetam o desenvolvimento de Fintechs de Pagamentos Móveis: um estudo de caso no Contexto Brasileiro. Recuperado em outubro, 05, 2021, em <https://aisel.aisnet.org/confirm2020/18/>.
- Bruce, K., Behn, T. V. E., & Jan, R. W. (1998). The determinants of the deferred tax allowance account under SFAS No. 109. *Accounting Horizons*, 12(1), 63-78. Recuperado em outubro, 01, 2021, em [https://faculty.etsu.edu/POINTER/behn\\_b.pdf](https://faculty.etsu.edu/POINTER/behn_b.pdf).
- Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, 42(1-2), 107-148. DOI:10.2139/ssrn.650244.
- Bushman, R. M., & Williams, C. D. (2012). Accounting discretion, loan loss provisioning, and discipline of banks' risk-taking. *Journal of accounting and economics*, 54(1), 1-18. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1521584>.
- Cheng, Q., Warfield, T., & Ye, M. (2011). Equity incentives and earnings management: evidence from the banking industry. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 26(2), 317-349. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em [https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1823&context=soa\\_research](https://ink.library.smu.edu.sg/cgi/viewcontent.cgi?referer=&httpsredir=1&article=1823&context=soa_research).
- Christensen, H. B., Hail, L., & Leuz, C. (2013). Mandatory IFRS reporting and changes in

- enforcement. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 147-177. DOI:10.1016/j.jacceco.2013.10.007.
- Cohen, J. R., Hoitash, U., Krishnamoorthy, G., & Wright, A. M. (2014). The effect of audit committee industry expertise on monitoring the financial reporting process. *The Accounting Review*, 89(1), 243-273. DOI:10.2308/accr-50585.
- Cornett, M. M., McNutt, J. J., & Tehranian, H. (2009). Corporate governance and earnings management at large US bank holding companies. *Journal of Corporate Finance*, 15(4), 412-430. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929-1199\(09\)00039-X](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929-1199(09)00039-X).
- CPC. (2009). *Comitê de Pronunciamento Contábil 32 [CPC 32]: Tributos sobre o Lucro*. Brasil: CPC. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em [encurtador.com.br/mpBOU](http://encurtador.com.br/mpBOU).
- FASB. (1996). *Statement of Financial Accounting Standards 109 [SFAS 109]: Accounting for Income Taxes*. Estados Unidos da América: FASB. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em [encurtador.com.br/muzD9](http://encurtador.com.br/muzD9).
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307. DOI:10.2139/ssrn.258519.
- Fuji, A. H. (2004). O conceito de lucro econômico no âmbito da contabilidade aplicada. *Revista Contabilidade & Finanças*, 15(36), 74-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772004000300004>.
- Goncharov, I., & Zimmermann, J. (2007). The supply of and demand for accounting information: The case of bank financing in Russia. *Economics of Transition*, 15(2), 257-283. DOI:10.1111/j.1468-0351.2007.00289.x.
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2019). Ativos Fiscais Diferidos na Indústria Bancária Brasileira: Impactos do Ajuste a Valor Presente. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 22, 19-37. Recuperado em outubro, 21, 2021, em [http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MjMxMTc=](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjMxMTc=).
- Guia, L. D., & Dantas, J. A. (2020). Value relevance dos ativos fiscais diferidos na indústria bancária brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 31(82), 33-49. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-057x201808060>.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383. DOI:10.2308/acch.1999.13.4.365.
- Helpe, R. M. (2017). Os créditos tributários e seus impactos nas carteiras de crédito dos bancos no Brasil frente à entrada em vigor das regras de Basileia III. Dissertação, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, Brasil. Recuperado em outubro, 05, 2021, em <http://hdl.handle.net/10438/19659>.
- Houqe, M. N., van Zijl, T., Dunstan, K., & Karim, A. W. (2012). The effect of IFRS adoption and investor protection on earnings quality around the world. *The International Journal of Accounting*, 47(3), 333-355. Recuperado em outubro, 05, 2021, em <https://ssrn.com/abstract=1536460>.
- IASB. (1996). *International Accounting Standard 12 [IAS 12]: Income Taxes*. União Europeia: IASB. Recuperado em janeiro, 05, 2021, em <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-12-income-taxes/>.
- Jin, J., Kanagaretnam, K., & Lobo, G. J. (2018). Discretion in bank loan loss allowance, risk taking and earnings management. *Accounting & Finance*, 58(1), 171-193. DOI: <https://doi.org/10.1111/acfi.12210>.
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Mathieu, R. (2003). Managerial incentives for income smoothing through bank loan loss provisions. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 20(1), 63-80. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em

- <http://journals.kluweronline.com/issn/0924-865X/contents>.
- Kanagaretnam, K., Lobo, G. J., & Yang, D. H. (2004). Joint tests of signaling and income smoothing through bank loan loss provisions. *Contemporary accounting research*, 21(4), 843-884. DOI: 10.1506/UDWQ-R7B1-A684-9ECR.
- Kanagaretnam, K., Krishnan, G. V., & Lobo, G. J. (2010). An empirical analysis of auditor independence in the banking industry. *The Accounting Review*, 85(6), 2011-2046. Recuperado em fevereiro, 20, 2022, em <https://www.jstor.org/stable/27895910>.
- Kinney Jr, W. R., & Libby, R. (2002). Discussion of the relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. *Accounting Review*, 107-115. DOI: 10.2308/accr.2002.77.s-1.107.
- Kotsupatriy, M., Ksonzhyk, I., Skrypnyk, S., Shepel, I., & Koval, S. (2020). Use of international accounting and financial reporting standards in enterprise management. *International Journal of Management*, 11(5). Recuperado em agosto, 05, 2021, em <https://ssrn.com/abstract=3631031>.
- Kronbauer, C. A., de Souza, A. A., Webber, F. L., & Ott, E. (2012). Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 9(17), 39-60. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2012v9n17p39>.
- Laeven, L., & Majnoni, G. (2003). Loan loss provisioning and economic slowdowns: too much, too late?. *Journal of financial intermediation*, 12(2), 178-197. Recuperado em fevereiro, 18, 2022, em [http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-9573\(03\)00016-0](http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1042-9573(03)00016-0).
- Lei n. 9.249, de 26 de dezembro de 1995. (1995). Altera a legislação do IRPJ, bem como da CSLL e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19249.htm).
- Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. (1996). Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social e processo administrativo de consulta e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19430.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19430.htm).
- Lei n. 12.838, de 09 de julho de 2013. (2013). Dispõe sobre crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de PCLD nas condições que estabelece e outras providências. DOU. Brasília, DF: GFB. Recuperado em janeiro, 20, 2021, em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/L12838.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/L12838.htm).
- Liu, C. C., & Ryan, S. G. (2006). Income smoothing over the business cycle: Changes in banks' coordinated management of provisions for loan losses and loan charge-offs from the pre-1990 bust to the 1990s boom. *The accounting review*, 81(2), 421-441. DOI:10.2308/accr.2006.81.2.421.
- Macedo, M. A. S., & Kelly, V. L. A. (2016). Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil: uma análise com base em provisões para crédito de liquidação duvidosa. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 4(2), 82-96. Recuperado em fevereiro, 18, 2022, em <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/recfin/article/view/29260>.
- Miller, G., & D. Skinner. (1998). Determinants of the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *The Accounting Review*, 73 (2): 213–233. Recuperado em Agosto, 10, 2021, em <http://www.jstor.org/stable/248466>.
- Ozili, P. K. (2015). How bank managers anticipate non-performing loans. Evidence from Europe, US, Asia and Africa. *Evidence from Europe, US, Asia and Africa*, 73-80. Recuperado em fevereiro, 18, 2022, em <http://mpr.ub.uni-muenchen.de/id/eprint/63681>.
- Phillips, J., Pincus, M., & Rego, S. O. (2003). Earnings management: New evidence based on deferred tax expense. *The Accounting Review*, 78(2), 491-521. DOI:10.2139/ssrn.276997.
- Resolução CMN n. 4.842, de 30 de julho de 2020. (2020). Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas

- instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. BACEN. Brasília, DF: CMN. Recuperado em Janeiro, 20, 2021, em [encurtador.com.br/ewJOY](http://encurtador.com.br/ewJOY).
- Schipper, K., & Vincent, L. (2003). Earnings quality. *Accounting Horizons*, 17, 97-110. Recuperado em setembro, 13, 2021, em <https://url.gratis/SXX68m>.
- Schrand, C. M., & Wong, M. F. (2003). Earnings management using the valuation allowance for deferred tax assets under SFAS No. 109. *Contemporary Accounting Research*, 20(3), 579-611. DOI: 10.1506/480D-098U-607R-5D9W.
- Skinner, D. J. (2008). The rise of deferred tax assets in Japan: The role of deferred tax accounting in the Japanese banking crisis. *Journal of Accounting and Economics*, 46(2-3), 218-239. DOI:10.1016/j.jacceco.2008.07.003.
- Skinner, R. M., & Milburn, J. A. (2001). *Accounting standards in evolution* (2a ed.). Toronto: Prentice-Hall.
- Xavier, P. H. M. (2007). *Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo). Recuperado em fevereiro, 18, 2022, em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-30012008-120921/en.php>.
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: a ten year perspective. *Accounting Review*, 65 (1), 131-156. Recuperado em fevereiro, 23, 2022, em <http://arikamayanti.lecture.ub.ac.id/files/2014/03/PAT-a-ten-year-perspective.pdf>.